

Mutirões tentam desafogar Juizados Especiais Federais

Há seis anos, o representante comercial JosÉ Heraldo dos Santos, 51, recebeu a notícia de que, na Justiça, poderia ter de volta R\$ 7,3 mil referente a parte do que pagou no financiamento de seu apartamento à Caixa Econômica Federal. A intenção era pedir o reconhecimento do direito a uma anistia dada pelo governo federal. Mais que depressa, o piauiense correu à vara do Juizado Especial Federal (JEF) em Teresina (PI), e ajuizou a ação. Mas passados todos esses anos, a sentença de 1º grau ainda não saiu.

A situação de JosÉ Heraldo não é a única. O JEF do Piauí tinha, até o fim do ano passado, 80 mil processos aguardando providências. O acúmulo levou a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais (Cojef) da 1ª Região a organizar um mutirão para tentar socorrer os juizes da única vara do Estado. Mais de 26 mil processos foram mandados a Belo Horizonte (MG), onde sete juizes de Minas e um da Bahia, emprestados das varas federais, tentam dar conta da avalanche. Cerca de seis mil processos dependem simplesmente da sentença final, entre eles o de JosÉ Heraldo. A tarefa emergencial começou em abril e deve acabar só em dezembro.

Mas o bote salva-vidas da coordenadoria não vai parar no Piauí. As varas do Maranhão e do Pará têm uma em cada Estado também pedem socorro. De acordo com números do órgão, no Pará, 2,3 mil processos aguardam audiências, enquanto 600 esperam por perícias. Em situação pior, os maranhenses aguardavam a realização de 12 mil audiências até 2007. Desde então, uma força-tarefa dos juizes locais conseguiu dar andamento a seis mil. Hoje, há 8.639 audiências esperando providências. "Estamos montando um grupo de dez juizes para, em duas semanas, fazer o máximo possível", diz o coordenador dos JEF da 1ª Região, desembargador Cândido Ribeiro. O mutirão no Maranhão está marcado para ocorrer entre os dias 17 e 30 de novembro. Será o maior já feito pela coordenadoria em relação a audiências em atraso.

Segundo o desembargador, os poucos Juizados Especiais nesses Estados não dão conta do aumento no número de processos. "Há apenas uma vara em cada um dos três Estados, com dois juizes titulares e dois auxiliares cada. É preciso ser criativo para suprir as necessidades", afirma.

O maior número de varas em Minas Gerais é cinco, no entanto, também não resolve o problema dos JEF locais. O Estado tem 150 mil processos esperando julgamento. "Vai ser preciso um mutirão lá também", diz Cândido Ribeiro, que também diagnostica alta demanda por audiências e perícias no local. Em outras unidades administradas pela Cojef que possuem mais varas especiais, o número de processos é menor. São seis mil ações na Bahia, onde há seis varas; oito mil no Distrito Federal, que conta com quatro varas; e seis mil em Goiás, com duas varas, conforme números da coordenadoria.

As medidas tomadas pela Cojef procuram evitar que, o que era uma solução, se torne um problema. Os Juizados Especiais Federais foram criados em 1999 para aumentar o alcance da população ao Judiciário, já que dispensam procedimentos complexos da Justiça comum, e até mesmo a necessidade de advogado para se ajuizar uma ação. Além disso, equipes itinerantes percorrem locais de difícil acesso no país, montando postos avançados temporários que coletam e enviam as



demandas às varas especiais mais próximas. “Os juizados itinerantes ficam cerca de uma semana em cada local, mas já produzem 12 mil processos por ano”, diz o coordenador Cândido Ribeiro. “Depois de dois anos se toma um susto com o volume”.

Para o desembargador, os mutirões são “táticas de guerra” para enfrentar a enorme demanda. “Os juizados tiveram muita visibilidade, e agora não podemos deixar virarem um monstro”, afirma. A Justiça Federal tem planos de criar 230 mil varas em todo o país, como conta o desembargador, o que incluirá também unidades dos JEF.

Na opinião de Ribeiro, a “tática” já está dando certo. Dos 80 mil processos acumulados no Piauí desde o fim do ano passado, restam hoje 56 mil. “A expectativa é que 50% do total do acervo na 1ª Região esteja liquidado até dezembro deste ano”, estima.